

## A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto

Maria Lígia de Oliveira Barbosa

Este artigo pretende fazer uma análise crítica da produção teórica na área de Sociologia das Profissões, procurando enfatizar a importância dos princípios de estruturação da sociedade vinculados à profissão. Busca desenvolver uma ótica que torne evidente os processos pelos quais um tipo específico de grupo social se constitui num dos agentes essenciais de formatação de determinados padrões de sociabilidade, de organização das relações sociais. Chama-se a atenção aqui para o caráter de estruturação específica que as profissões fazem do mundo social. O objetivo é mostrar que o seu poder criativo vai além da sua capacidade de definir os problemas a resolver, atingindo uma dimensão mais ampla, em que o chamado "projeto de profissionalização" é visto como projeto de implementação de princípios específicos de organização e divisão do mundo social.

Este tema, fundante da Sociologia clássica, vem se transformando para se constituir num campo de estudos que incorpora contribuições dos mais diversos autores. Dois eixos principais de análise compõem o núcleo do que se pode denominar genericamente Sociologia das Profissões: a delimitação e posicionamento dos grupos profissionais e a coesão ou unicidade interna das profissões. Os dois temas articulam-se na problemática da forma de constituição dos grupos sociais em geral e do caráter de seu agenciamento sobre a estrutura da sociedade. A especificidade das profissões como grupos sociais dirige o foco da nossa atenção para o ideal de serviço e o profissionalismo. Cada uma das abor-

dagens nas Ciências Sociais contribui a seu modo para a definição deste campo teórico que é muito vasto e às vezes contraditório. Os autores não serão tratados como entidades isoladas, cujas obras devam ser criticadas como um bloco, mas como contribuições à constituição de uma temática, de uma metodologia.

O texto desenvolve-se, pois, em torno de uma temática abrangente: a questão de *se e como a profissão* vem a ser um princípio de constituição e hierarquização dos grupos numa sociedade. Em outros termos, pode-se perguntar pelo que distingue uma profissão enquanto grupo social, ou em que medida se pode falar de um espaço social específico caracterizado por relações cujo fundamento é a profissão. A existência deste espaço pode se evidenciar de várias formas: no peso relativo que as profissões possam ter no direcionamento de tendências estruturais da sociedade; ou no seu papel na definição das possibilidades de poder, ou de posições de mercado, ou ainda de formas de diferenciação ou de distinção social para grupos e indivíduos.

### Problemas de Fronteira

#### *Durkheim e a Divisão do Trabalho Social*

Numa França marcada por um século de conflitos potencialmente disruptivos da ordem social, a temática das profissões surge como um dos principais elementos fundadores da Sociologia de Durkheim. Este autor

elegeu a integração social como principal problema de investigação sociológica (Parsons, 1977) e atribuiu aos grupos profissionais um papel essencial na organização integrada das sociedades modernas. As crises por que passava a sociedade francesa são atribuídas ao fato de o rápido desenvolvimento econômico do país nos últimos dois séculos não ter gerado o desenvolvimento paralelo de normas morais que pudessem regulamentar o novo estado das relações sociais.

“Uma regulamentação moral ou jurídica exprime essencialmente necessidades sociais que apenas a sociedade pode conhecer: assenta num estado de opinião, e toda a opinião é coisa coletiva, produto de uma elaboração coletiva. Para que a anomia cesse, é preciso assim que exista, ou se forme, um grupo onde se possa constituir o sistema de normas que atualmente falta. Nem a sociedade política no seu conjunto, nem o Estado, podem evidentemente cumprir esta função; a vida econômica, porque é muito especial e se especializa cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação. A atividade de uma profissão não pode ser regulamentada eficazmente senão por um grupo bastante próximo desta mesma profissão para lhe conhecer bem o funcionamento, para lhe sentir todas as necessidades e poder seguir todas as suas variações. O único que responde a estas condições é aquele que todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo formariam. É o que se chama a corporação ou grupo profissional” (Durkheim, 1984, p. 12).

Definidos a partir de uma divisão do trabalho de caráter mais técnico ou econômico, os grupos profissionais ganham importância para a vida social pelas suas qualidades morais, pelas possibilidades que encerram de assegurar a unidade social, pelas funções integrativas que possam desempenhar. Este tipo de enfoque privilegia a função em detrimento da delimitação dos grupos, deixada de lado pela tecnicidade que lhe é atribuída. Mas, se não se pode negar a grandeza da obra de Durkheim, é impossível não reconhecer, atrás do sociólogo, os traços do reformador social. Característica, aliás, que ele

partilhava com outros autores do período que, “preocupados com a moralização da vida profissional, enfatizavam a integração ética que produzia (ou deveria produzir) um ou outro tipo de institucionalização da divisão do trabalho, de forma a limitar ou fazer desaparecer os conflitos de classe” (Chapoulie, 1973, p. 91).

### O Funcionalismo

Esta primeira abordagem da vida profissional gerou frutos mais alentados a partir dos estudos norte-americanos sobre o funcionamento e a história das associações profissionais, elaborados desde o início do século XX. Mas é com Parsons, Merton e seus discípulos que se constitui a tentativa mais completa nesta área, que se parte para “construir os princípios de coerência do conjunto de características das profissões, isto é, uma teoria do funcionamento, senão da gênese, dos grupos profissionais” (Chapoulie, 1973, p. 91).

Para Parsons, “profissões são sistemas de solidariedade cuja identidade se baseia na competência técnica de seus membros, adquirida nas instituições educacionais e científicas” (Paixão, 1988, p. 4). Esta definição nos aproxima do Parsons preocupado com a teoria da ação, mas antes disso devemos compreender a importância sistêmica atribuída por ele ao complexo profissional.

Com o desenvolvimento das sociedades modernas, as profissões passaram a ocupar um lugar central no sistema ocupacional e dominaram os diversos tipos de discussão pública. Não sendo nem capitalistas, nem trabalhadores, nem administradores governamentais típicos ou burocratas, os profissionais formam grupos de fronteiras fluidas mas poderiam ser distinguidos por alguns critérios. São portadores de treinamento técnico formal, com validação institucional da adequação deste treinamento e da competência do indivíduo treinado. São indivíduos que possuem um domínio sobre a racionalidade cognitiva — tomada em sentido mais amplo, quase uma “cultura geral” — aplicável a um campo específico. Além do domínio

de uma certa tradição cultural, eles desenvolvem uma habilidade especial. Outro critério distintivo relevante, segundo Parsons, seria o controle da profissão sobre o uso socialmente responsável dessas qualificações.

O ponto de partida para o entendimento da situação das profissões é sua localização no sistema cultural. Historicamente, a possibilidade da profissão institucionalizar-se significativamente, constituindo vínculos mais estreitos no interior do sistema social, foi dada pela ancoragem no sistema cultural, em expansão constante e firme nas sociedades modernas (Parsons, 1968, p. 543). O conhecimento adquire maior centralidade e as universidades e instituições de pesquisa, mais desenvolvidas pela expansão do sistema cultural, tornam-se o centro da estrutura institucional das profissões, de onde elas se irradiam em duas direções principais, gerando dois tipos de profissionais: dentro do próprio sistema cultural, com a institucionalização das disciplinas intelectuais; e na criação de formas de aplicação prática dessas disciplinas no sistema social.

A centralidade conferida por Parsons ao conhecimento tem duas conseqüências principais. A primeira delas é dar uma importância desproporcional, talvez, ao ramo acadêmico das profissões. A própria divisão entre ramos — acadêmico e prático —, englobando neste último uma série imensa de tipos de trabalho diferenciados, é sintoma da desproporcionalidade. Esta questão, no entanto, exige uma quantidade maior de dados empíricos para ser discutida. A segunda conseqüência diz respeito à lógica interna de evolução dos complexos profissionais. Por originarem-se de um processo de diferenciação produzido a partir de uma matriz religiosa primária, as disciplinas profissionais enfrentariam dois desafios. No plano acadêmico, a necessidade de se diferenciarem e, ao mesmo tempo, manterem prestígio e autoridade autônomos em relação ao campo religioso. No plano prático, a dificuldade de penetrarem em áreas anteriormente resolvidas pelo senso comum sem a intervenção de “personagens especiais”.

Tendo chegado a este ponto, que me parece crucial para uma análise estrutural das profissões, Parsons faz “uma ampliação significativa do ‘lado weberiano’ (e, portanto, voluntarista) da teoria geral, às expensas da fidelidade ao coletivismo durkheimiano — diminui o peso explicativo de dimensões como ‘valores comuns’ sobre a integração sistêmica, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço teórico da escolha racional de alternativas comportamentais.” (Parsons, 1988, p. 5). Esta inflexão na sua trajetória teórica faz com que, mesmo mantendo a preocupação com a profissão como elemento estrutural importante na sociedade moderna, Parsons detenha-se no enfrentamento do “dilema representado pela oposição entre ‘racionalidade’ privada e ‘interesse público’ como motivações para a ação individual”. (Parsons, 1988, p. 4). Novamente, os grupos profissionais são importantes, agora por outro motivo. Pela sua distância das organizações burocráticas, a prática profissional tende a ser mais próxima do sistema de guildas e portadora de um maior *status*. Sendo assim, os profissionais tenderiam a apresentar dois tipos de orientação nas suas ações: um ideal de serviço que os distinguiria dos negociantes orientados para o mercado, e um padrão associativo diferente daquele existente nas organizações burocráticas e daquele mais orientado para o mercado (Parsons, 1968, p. 543). A ação profissional torna-se interessante como objeto na medida em que supera a oposição entre os dois pólos orientadores mencionados acima.

A problemática das profissões passa a girar em torno das orientações dos atores e a relação médico-paciente pode ser considerada um modelo do tipo de análise que vai se tornando típica entre os funcionalistas: médico e paciente têm seus papéis normativamente definidos e seus atributos podem ser expressos em termos das variáveis-padrão.

Mas, ainda que o lado weberiano seja privilegiado — “boa parte da análise da relação médico-paciente aponta para a escolha racional de meios por indivíduos particulares para obter objetivos escolhidos deliberada-

mente” — Rhoads chama a atenção para o fato de que

“Doença e psicoterapia tornam-se mecanismos de controle que limitam o desvio e reintegram o desviante. Elas são portanto, de acordo com Parsons, processos que contribuem para a função integrativa da sociedade, mantendo as pessoas em seus papéis. Neste contexto, Parsons fala do ‘equilíbrio motivacional do sistema social’ (...) Para além da análise da perspectiva dos atores, Parsons identifica aspectos não planejados da relação”(Rhoads, 1991, p. 100).

Segundo Rhoads, poderíamos identificar motivações existentes mas não-reconhecidas que permitiriam atribuir à psicoterapia funções latentes para o controle social. A admissão de funções latentes pressuporia assumir a sociedade como ator coletivo, diferente dos seus membros, que realizariam funções integrativas no interesse da própria sociedade.

Controvérsias à parte, podemos dizer que, reduzidas às suas características essenciais, a teorização parsoniana atribui às profissões uma posição intersticial na estrutura social, razão do tipo de orientação coletivista dos profissionais. Mas, além disto, os profissionais realizam a mediação entre as necessidades individuais e as necessidades funcionais, contribuindo assim para a regulação e o controle que permitiriam o melhor funcionamento possível do sistema. Como mostra Chapoulte (1973), este tipo de abordagem leva ao estudo dos grupos profissionais neles mesmos, sem qualquer referência à sua posição na estrutura social e às suas relações com outros grupos. Parece-me, entretanto, que Parsons chega bem perto de uma análise que incorpora esse tipo de questão quando coloca os problemas enfrentados pelas diversas profissões devido à origem disciplinar comum (filosofia religiosa). Resta saber por que não foi além.

Não há dúvidas, do ponto de vista do funcionalismo, quanto às possibilidades de que a profissão seja princípio definidor e hierarquizador dos grupos sociais. Na realidade, é o grande princípio fundador de todas as diferenças, eixo organizador das sociedades

modernas. Mas, além de Parsons, outros teóricos merecem ser analisados, especialmente Davis e Moore, na medida em que seu pensamento corresponde a um certo senso comum. O texto desses autores, “Alguns Princípios de Estratificação” (1971), é um dos mais conhecidos. Nele os grupos profissionais são diferenciados pelas funções que exercem e hierarquizam-se pelo grau de necessidade que o sistema tem deles. Na tentativa de tornar mais acessível o modelo parsoniano, Davis e Moore introduziram um complicador, o conceito de necessidade num sentido mais substantivo. Para o caso das profissões, caberia perguntar sobre o modo como se define esta necessidade, teórica e metodologicamente, mas também social e historicamente (como faz Melvin Tumin, 1967).

A linha mais puramente parsoniana de análise das profissões foi recuperada recentemente no trabalho de Andrew Abbott (1988), *The System of Professions*. Neste estudo, o autor retoma as idéias centrais de Parsons, formulando uma definição das profissões (grupos ocupacionais exclusivos que aplicam conhecimento mais ou menos abstratos a casos particulares) e de suas inter-relações nos mesmos moldes. O conhecimento ocupa o mesmo lugar central na explicação.

“Minhas questões de fundo dizem respeito à evolução e às inter-relações entre as profissões e, mais generalizadamente, às formas pelas quais os grupos ocupacionais controlam o saber e a qualificação. A evolução das profissões resulta das suas inter-relações, que são determinadas pelo modo como esses grupos controlam saber e qualificação” (Abbott, 1988, p. 8).

Para Abbott, a principal característica distintiva das profissões seria o grau de abstração do conhecimento que elas controlam. É através da abstração que se pode diferenciar a competição interprofissional daquela que se realiza entre as ocupações em geral. O fator que habilitaria uma profissão a sobreviver no sistema seria o grau de abstração dos conhecimentos que ela monopoliza, mas este grau é variável no tempo e no espaço. “O que importa é abstração efetiva o sufi-

ciente para competir num contexto histórico e social particular” (Abbott, 1988, p. 9).

Da mesma forma que seu antecessor, Abbott tem na prática médica o modelo da profissão: o trabalho profissional consistiria em diagnosticar, teorizar e curar o problema (Abbott, 1988, p. 40). Como Parsons, para ele a evolução das disciplinas é o fundamento das mudanças no sistema profissional. Abbott, no entanto, introduz o conceito de *jurisdição*, que me parece representar um avanço substantivo. Jurisdição seria o laço que se estabelece entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle. Cria-se, assim, um vínculo conceitual mais social que técnico dentro do sistema profissional e abrem-se possibilidades para a compreensão do processo conflituoso, de luta mesmo, pela monopolização dos espaços profissionais. Dois limites, contudo, devem ser apontados nesta abordagem. Em primeiro lugar, a divisão entre as diversas jurisdições é feita a partir de critérios puramente técnicos, vinculados à lógica da evolução da disciplina correspondente, criando dificuldades para uma incorporação adequada e abrangente deste conceito. Além disto, há uma pressuposição tácita de que a divisão social do trabalho refere-se a um conjunto de tarefas definidas que podem mudar de mãos mas não podem ser criadas, de que o conjunto/sistema não se expande. Perde-se aqui um ponto essencial, que é o da criação de necessidades sociais a partir da própria atuação dos agentes.

Um dos elementos centrais nos processos de monopolização das áreas de saber e de utilização deste monopólio como recurso de negociação na sociedade é o *poder*, conceito-chave entre os teóricos de linha weberiana, que analisaremos mais adiante. Antes disto, é importante conhecer a crítica fenomenológica, que inclui os funcionalistas de modo geral.

#### *A Crítica Fenomenológica do Funcionalismo*

O desenvolvimento acelerado da pesquisa empírica sobre as profissões, abordan-

do as práticas cotidianas de diversas ocupações, acabou levando a uma crítica severa dos pressupostos contidos no modelo parsoniano. Trabalhos como os de Becker (1952), sobre professores, de Hall (1948), sobre médicos, ou de Rueschemeyer (1965), sobre advogados, ofereceram uma base sólida para o questionamento da adequação do modelo funcionalista para analisar outras profissões além da Medicina.

De modo geral, estes estudos mostraram que “as demandas e as características sociais dos consumidores dos serviços produzidos pelos profissionais condicionam o *status* social e a realização das tarefas por estes mesmos profissionais” (Chapoulié, 1973, p. 94). Cai por terra a idéia, tão central para Parsons, da neutralidade afetiva das profissões devido à sua posição intersticial.

Se a crítica da etnometodologia e do interacionismo foi útil no sentido de mostrar, através de farto material empírico, a realidade das práticas profissionais, deve-se apontar, no entanto, os limites desta abordagem que

“(…) tende a colocar a questão dos sistemas simbólicos em termos de mera comunicação, como se os agentes sociais fossem senhores dos significados que eles mesmos produzem e mobilizam no processo de interação. Ao se dispor a enxergar a realidade do ponto de vista do ator, privilegiando assim a questão do significado das ações sociais, este trajeto minimiza os aspectos macrosociológicos em favor das estratégias de interpretação, tipificação e rotulação a que o ator recorre nos processos interativos com que se defronta” (Micali, 1987, p. IX).

Certamente, a questão do ator estará em pauta mais adiante, mas é preciso antes estruturar o seu campo de ação. O próximo tópico retoma o problema da posição das profissões na estrutura social, agora não em termos de sua função, mas das relações de poder que se constroem em torno delas.

#### *Poder e Saber Mercado e Monopólio*

A necessidade de discutir o poder real das profissões na estrutura social foi de-

monstrada pelos trabalhos da etnometodologia mas foi teorizada pelos autores de formação weberiana. Nesta abordagem, que é muito ampla e, provavelmente, a mais conhecida e utilizada, a incorporação da divisão social do trabalho como fundamento da existência dos grupos profissionais é mediada pela categoria *poder*. É difícil fazer generalizações sobre os estudos produzidos nesta perspectiva — mesmo porque o próprio conceito de poder é construído de forma distinta em cada autor —, mas é evidente, entre eles, um maior grau de “historicidade” quando comparados aos funcionalistas. O núcleo das análises, neste caso, é a profissionalização, isto é, o processo pelo qual certas áreas de competência, delimitadas pela divisão do trabalho, são monopolizadas por determinadas categorias de trabalhadores. A luta pelo monopólio, pela constituição de um mercado razoavelmente fechado e protegido, é a marca distintiva das profissões enquanto grupos sociais.

A abordagem weberiana acentua uma tendência da Sociologia das Profissões: a passagem do estudo do papel apropriado de cada profissão (marca do modelo funcionalista) à análise da profissionalização como fenômeno pertencente à dimensão da desigualdade social como relação de poder, para a qual o conceito de *status* é essencial. Em consequência, o processo de profissionalização é visto como luta/usurpação da honra, prestígio etc., e as guildas medievais tornam-se um parâmetro, mesmo que de caráter negativo, para a caracterização dos grupos profissionais.

As categorias centrais nesta abordagem — poder, mercado, monopólio —, de inspiração nitidamente weberiana, definem um campo analítico em que se destacam dois pólos. Num deles temos uma ênfase na dimensão cognitiva, como é o caso de Freidson ou Larson. No outro pólo, a ênfase é dada à dimensão organizacional ou institucional do processo de profissionalização, como no trabalho de Starr. Esta polarização existe apenas como ênfase diferenciada, pois os

elementos da dimensão cognitiva ou institucional estão presentes em todos os autores.

#### *Larson e a Constituição do Mercado*

Magali Sarfati Larson e Eliot Freidson formam o núcleo do setor mais substancialista do modelo em questão. Para esses dois autores, o controle sobre uma determinada área do saber é o elemento essencial para a organização de um grupo profissional. Há uma grande proximidade entre os dois e o seu enfoque tem sido a base para boa parte da Sociologia, das Profissões produzida no Brasil.

Larson (1977) analisa o processo histórico de ascensão do profissionalismo enquanto forma distinta de organização social. Segundo esta autora, com o fortalecimento das profissões inaugura-se uma nova forma de desigualdade estrutural. Tendo como referencial o livro de Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, Larson mostra que as mudanças por que passou a sociedade moderna fizeram com que o mercado se tornasse a instância fundamental nesta sociedade. Paralelamente a isso, há também uma mudança na forma de estruturação do conhecimento e de sua relação com as outras instâncias, transformando-se o saber, a posse de uma qualificação qualquer, em uma propriedade tipicamente moderna. A partir dessas duas definições mais gerais, vincula-se o estudo das profissões à compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade e, em especial, à problemática dos intelectuais e sua posição na estrutura social.

“(...) quando consideramos sociedades de classe, o desenvolvimento de papéis e funções especializadas é amplamente determinado pela estrutura de desigualdade da qual é inseparável: dependente da distribuição desigual de riqueza, poder e conhecimento, a institucionalização das funções especializadas contribui, ela mesma, para a distribuição desigual de competências e recompensas” (Larson, 1977, p. 2).

Nas sociedades de classe, todo conjunto de conhecimentos e práticas, bem como os frutos de sua aplicação, é potencialmente

monopolizável pelos seus criadores-possuidores. Desde a época dos grandes impérios, na Antiguidade, há uma íntima associação entre as pequenas elites letradas e o consumo de serviços especializados. No caso dos serviços médicos, universalmente necessários, há uma nítida separação entre os “especialistas para a elite” e os “práticos”, para clientelas mais populares. Esta distinção torna-se clara com o surgimento das universidades medievais: a associação com a Igreja ajudou a construir a aura de mistério em torno do conhecimento esotérico das profissões e o uso do latim inscreve este ensino no círculo das elites. Do seu lado, os “práticos” aparecem organizados em guildas de ofício, fortalecendo suas organizações com o desenvolvimento dos centros urbanos e, diferentemente dos ramos mais elevados da sua especialidade, atuando primariamente para um mercado de serviços, com uma orientação fortemente comercial.

A rigidez das formas de estratificação vigentes nas sociedades pré-industriais não permitiu que se unificassem regiões da divisão social do trabalho que, sendo tecnicamente próximas, estavam socialmente muito distantes, como é o caso dos cirurgiões (da guilda dos barbeiros e açougueiros) e dos clínicos (que, na Inglaterra, eram cavaleiros com certificado concedido pela autoridade real). Com o surgimento do capitalismo industrial e sua posterior evolução para a forma corporativa, as profissões foram compelidas a se organizar em torno do princípio geral do capitalismo — o mercado. A dissolução das formas de legitimidade particularistas — como das profissões educadas do período anterior — obrigou a que se organizassem ou se reconstruíssem mercados profissionais competitivos: as profissões deveriam unificar as áreas correspondentes da divisão do trabalho em torno de princípios que só seriam homogêneos se fossem universais e autônomos, isto é, definidos por critérios profissionais e independentes da caução, externa e tradicional, do *status*. A credibilidade e a legitimidade das profissões fundam-se numa base monopolística dife-

rente e mais extensa: a pretensão de controle exclusivo sobre uma *expertise* superior.

A partir deste quadro, Larson define o profissionalismo como um projeto coletivo de mobilidade social articulado em torno de um determinado tipo de conhecimento, cujo monopólio permite controlar um mercado definido. Trata-se de um processo que busca um duplo monopólio: da *expertise* no mercado e do *status* no sistema de estratificação. Este projeto pode ser entendido como uma “tentativa de traduzir uma ordem de recursos escassos — conhecimentos especiais e qualificação — em outra — recompensas econômicas e sociais” (Larson, 1977, p. XVII).

#### Os Diferentes Papéis do Saber

O ponto de partida da análise de Freidson (1986) é a relação entre criação, transmissão e aplicação do conhecimento formal e o poder. Para superar a dualidade entre democracia e tecnocracia a que esta relação acaba conduzindo (quando analisada de uma perspectiva que vincula a aplicação e criação do conhecimento ao desenvolvimento dos processos de burocratização e racionalização), Freidson procura entender o papel do saber institucionalizado no mundo a partir dos seus agentes e portadores:

“Como pode o conhecimento estabelecer uma relação conseqüente com o mundo cotidiano? Para ter algum impacto sobre o mundo natural ou social o conhecimento precisa dispor de agentes ou portadores humanos e o impacto que ele tem é influenciado, em parte, pelas características desses agentes. Assim, não se pode entender o papel do conhecimento formal no nosso mundo sem entender as características daqueles que o criam e aplicam” (Freidson, 1986, p. 9).

Para identificar esses agentes — chamados intelectuais, técnicos, profissionais, *experts* ou *intelligentsia* —, Freidson analisa os meios de obter os recursos materiais que permitem a algumas pessoas tornarem-se agentes do conhecimento. Nas sociedades modernas, este procedimento faz com que

esses agentes sejam identificados com os membros das profissões. Sendo assim,

“permanece o problema de delinear a posição das profissões que lhes dá acesso ao poder, o complexo institucional que cria e sustenta esta posição e as atividades pelas quais se pode dizer que os profissionais exercem o poder” (*idem*, p. 16).

Segundo Freidson, as profissões podem ser definidas pelo fato de que seus membros são submetidos, em graus variados, à educação superior e ao conhecimento formal que ela transmite. Considerando a relação das profissões com o exercício do poder, deve-se acrescentar que elas são ocupações nas quais a educação é pré-requisito para o emprego em determinadas posições. Estamos aqui diante de um sistema de credenciamento que funciona como mecanismo de exclusão, criando um nicho do mercado de trabalho exclusivo dos membros da profissão. Sendo assim, o sistema de produção de credenciais é o elemento central para a análise das condições institucionais que permitem às profissões exercer o poder.

A análise do sistema de ensino superior como produtor de credenciais é feita a partir da obra de Collins (1979). Mas Freidson adianta que as credenciais, por si só, não são suficientes e que é necessário controlar o mercado também pelo lado da demanda: os profissionais são vistos como *gatekeepers*. De alguma forma, mas principalmente através da ação do Estado, cria-se a obrigatoriedade de se utilizar o trabalho de um profissional para que se tenha acesso a um bem ou serviço no mercado. O autor assinala ainda que a imagem do profissional liberal clássico, atuando independentemente no mercado, não é mais representativo da realidade. A imensa maioria dos profissionais precisa de empregos e passa a depender, portanto, de um mercado interno de organizações que possam atrair clientes. Diante disto, para controlar o seu mercado, esses profissionais necessitam intervir ou influenciar as políticas da organização, e isto pode ser feito através do sistema de credenciamento institucional. É este sistema que vincula o mercado e a educação. Sua principal função é estabelecer

um conjunto sistemático de sinalização de mercado que sirva de base para credenciar instituições de ensino superior e seus alunos. Este processo de sinalização produz também uma estrutura de empregos que, além de reservar aos profissionais as diversas formas de trabalho cotidiano que lhes são tecnicamente atribuídas, destina também a eles as posições gerenciais e de supervisão.

A partir do sistema de credenciamento institucional, cuja base é a criação e transmissão do conhecimento formal, Freidson discute toda uma série de questões que compõem a pauta principal da Sociologia da Profissão: o declínio do profissionalismo, pelo assalariamento dos profissionais; a autonomia técnica e o controle sobre o trabalho; gestão e controle burocráticos; as formas de organização dos grupos profissionais; representatividade e diferenciação interna. Tudo isto será referido à relação da profissão com o conhecimento que ela monopoliza e aos efeitos que a transformação nesse conhecimento formal tem sobre o seu modo de existir. O saber institucionalizado, fonte de poder nas sociedades modernas, é o eixo em torno do qual giram as explicações para a posição dos grupos profissionais na estrutura social, os mecanismos de monopolização do mercado, as formas de organização interna e a atuação do grupo.

A análise de Freidson constrói-se em torno da importância do conhecimento formal e do papel legitimador que a ciência assume nas sociedades modernas. O elemento essencial de mediação entre a divisão das tarefas e a existência de um grupo profissional é o sistema de credenciamento. Deste ponto de vista, o autor estabelece diferenças e explica as relações de conflito no interior da profissão. As diferentes formas de acesso/controlado do saber produzem três categorias: pesquisadores/professores, técnicos (*rank and file*) e administradores. Freidson esclarece também a posição de poder do profissional em relação ao leigo. Mas não é possível estender esta análise para compreender as diferenças entre as diversas profissões, para explicar um padrão de desi-



gualdade estrutural que identifique as especificidades de cada profissão. Temos apenas a explicação para o posicionamento, na estrutura social, do sistema profissional como todo.

### *O Saber Unificado como Mercadoria*

O foco no mercado profissional conduz, no estudo de Larson, à explicação das possibilidades diferenciadas de cada tipo de conhecimento, de sua *marketability*, enfatizando o papel do sistema de ensino na produção de um saber unificado, condição essencial para a fundação do mercado. Se para Freudson o saber é fundamento para a diferenciação no interior da profissão, para Larson, os diversos tipos de saber produzem diferenças entre as profissões, pois o tipo de conhecimento que cada profissão detém determina possibilidades diferenciais no processo de unificação do campo profissional e no uso de recursos organizacionais. Como já se disse anteriormente, esta autora analisa a monopolização do mercado como projeto coletivo de mobilidade social. Neste processo, a base cognitiva — o seu conteúdo mesmo — é essencial porque, segundo a autora, “o mercado tem de ser produzido”. Isso significa que os próprios produtores têm de ser produzidos, pois sua mercadoria é intangível e eles têm de ser adequadamente treinados e socializados de modo a poderem oferecer serviços no mercado. Como os mercados anteriores eram inexistentes ou não unificados, ou ainda instáveis, é necessário definir padrões comuns para essa mercadoria e para as necessidades que ela atende. Cada tipo de conhecimento específico oferece chances desiguais aos seus portadores.

Este outro lado do mercado, a definição de padrões para as necessidades que as profissões atendem, implica uma dupla tarefa para os grupos profissionais: de um lado, o “convencimento ideológico” — a autora não trabalha a fundo esta questão, indicando apenas que “(...) a persuasão ideológica depende, em última instância, de um deslocamento mais geral da sociedade em direção a um novo universo simbólico” (Larson, 1977,

p.14) — e, de outro, a eliminação de concorrentes fora deste padrão estabelecido, o que é feito em bases legais, com o auxílio do Estado. Finalmente, a criação do mercado e a padronização da mercadoria estão vinculados a uma outra questão que é a da busca de garantias para o investimento e o sacrifício implicados na educação do produtor. O mercado se produz também pela instituição de padrões de recompensas adequados aos diversos grupos.

Em todas as fases da criação e monopolização do mercado, a dimensão cognitiva teve um papel crucial:

“(...) criar mercados profissionais exigiu, como em qualquer outro caso, estabelecer credibilidade social ou, parafraseando Durkheim, criar as bases não-contratuais do contrato. Em razão da competição preexistente, esta tarefa demandou a criação de dispositivos protetores fortes e semi-monopolistas. Devido à natureza única dos produtos e ao fato de que o seu valor de uso para o público era incerto, pois era um produto novo, o controle tinha que ser estabelecido, inicialmente, no ‘ponto de produção’: os provedores de serviços tinham que ser controlados de modo que se pudessem padronizar e, assim, identificar a ‘mercadoria’ que eles ofereciam. Para isso, a base cognitiva foi crucial. O tipo de conhecimento que cada profissão poderia reivindicar como distintivamente seu foi, portanto, um fator estratégico de variação no seu esforço organizacional” (Larson, 1977, p. 15).

O monopólio ou a exclusividade cognitiva sobre determinada área foi negociado, primeiro, pelas associações profissionais e, mais tarde, pelas instituições de ensino, através de instrumentos como o licenciamento, o exame de qualificação, o diploma e, finalmente, o treinamento determinado por um currículo formal unificado.

O processo de unificação do campo cognitivo ocorre paralelamente e o conhecimento passa pelas mesmas etapas por que passam as disciplinas científicas no modelo de Kuhn (1978): a formalização do paradigma permite que se definam os contornos do grupo pela exclusão dos que não praticam o modelo puro desse saber. A unifica-

ção da Medicina americana é exemplar, segundo a autora. No período pré-paradigmático, antes que se estabelecesse um modelo oficial de saber profissional, a dialética entre indeterminação e codificação do conhecimento expressava os conflitos internos pelo controle do projeto organizacional e do mercado profissional. Ao se produzirem critérios comuns de validação e credibilidade, expressos neste modelo, há um avanço substantivo na direção de um mercado unificado. Além disto, a produção de uma base científica comum cria um princípio de legitimidade duplamente eficaz: qualifica a profissão a reivindicar filiação ao principal sistema de validação e legitimação no mundo moderno, que é a ciência, e permite criar um critério de exclusão dos concorrentes que se mostra objetivo e imparcial, pois científico.

Todas as dimensões envolvidas na criação e organização do mercado são dependentes do tipo de conhecimento com que lida a profissão. É o conteúdo desse conhecimento que define a *marketability*, a necessidade que o mercado tem da profissão. É este o critério fundamental para definir a posição de mercado de cada grupo e, portanto, a sua posição nas relações de poder.

Esta capacidade reguladora atribuída ao saber e à racionalidade científica, que percorreria toda a sociedade a partir da Escola Superior, merece uma discussão mais aprofundada. Tanto funcionalistas quanto weberianos transformam o título universitário em medida suprema de todas as hierarquias sociais. Este é o sonho de toda profissão, com seus ideais meritocráticos e de competência, mas tanto o lugar central da ciência no mundo moderno quanto a possibilidade de os grupos profissionais estruturarem as relações sociais têm sido objeto de controvérsia entre cientistas sociais, como veremos mais à frente.

#### *O Saber como Autoridade Cultural*

Entre os autores weberianos existe um outro núcleo de análise que procura entender o fenômeno profissional pelo ângulo das

formas organizacionais. Neste núcleo pode-se destacar Paul Starr, que, no seu estudo sobre a história da Medicina nos EUA, coloca em evidência o processo conflituoso de construção da autoridade cultural dos médicos. Esta última é definida como uma forma de autoridade que se refere

“(...) à probabilidade de que definições particulares de realidades e julgamentos de significado e valor devam prevalecer como válidas e verdadeiras” (Starr, 1982, p. 13).

O autor diferencia autoridade cultural de autoridade social e mostra o processo histórico através do qual os médicos se organizam para se constituírem como portadores de um certo tipo de legitimidade. Nesta abordagem, relega-se a dimensão cognitiva a um plano subordinado à dimensão social, desnaturalizando as relações profissionais. A “naturalização” feita pelo funcionalismo e mesmo por alguns outros autores weberianos dissimula as variações possíveis na forma de divisão social do trabalho no interior de uma mesma formação social, ignorando a diversidade de princípios definidores dos ofícios, produto dessas variações da base da divisão do trabalho e dos diferentes mecanismos de constituição das identidades sociais. Diante da multiplicidade de categorias jurídicas, administrativas e até “de fato” associadas às atividades exercidas pelos grupos profissionais, nas abordagens anteriores deixa-se de lado a questão dos elementos que se interpõem entre a divisão técnica das tarefas e a institucionalização dos grupos sociais conhecidos como profissões (ver Chapoulie, 1973).

Para explicar como um determinado grupo profissional conseguiu estabelecer elevados níveis de poder econômico e influência política, Starr define o seu argumento a partir de três premissas fundamentais: (1) a construção da soberania profissional dos médicos é processo histórico-estrutural; (2) a organização dos serviços médicos, como de qualquer instituição, dá-se num contexto em que se cruzam determinações das instâncias política, econômica e social; e (3) o problema da soberania profissional exige uma aborda-

gem que incluía tanto as questões organizacionais quanto culturais. Por isto, o estudo procura entender o desenvolvimento da autoridade cultural da profissão médica e a conversão desta autoridade em controle de mercados, organizações profissionais e políticas governamentais.

Nesta abordagem, como na de Larson ou Freidson, a existência da comunidade profissional baseia-se na possibilidade de compartilhar um certo saber. Mas, diferentemente do funcionalismo, as análises weberianas ressaltam o caráter de luta pela monopolização deste saber como fator estruturante da profissão, estabelecendo o *poder* como mediação fundamental entre lugares na divisão do trabalho e a existência de grupos sociais. No seu setor mais substancialista, no entanto, há uma tendência a enfatizar o papel do conhecimento na definição dos grupos. A dimensão cognitiva, como já se assinalou, acaba assumindo um peso muito grande, principalmente no que diz respeito às possibilidades de legitimação do lugar social e da ação desses grupos.

Ao centrar sua atenção nos processos de monopolização e unificação de áreas distintas da divisão do trabalho pelas profissões, alguns autores deixam de lado o papel criativo ou limitativo que os grupos organizados exercem sobre o conhecimento, sobre estas mesmas áreas. Sobre este ponto, o estudo de Starr é fundamental, pois mostra como, ao criar seu monopólio, os profissionais podem direcionar a produção do saber nesta área, tanto no seu conteúdo quanto nas metodologias, definindo inclusive outras clientelas para os seus serviços. Neste caso, inverte-se o argumento, pois procura-se conhecer os efeitos da institucionalização do grupo sobre o conhecimento monopolizado por ele. Do ponto de vista de Starr, as diferentes *marketabilities* das profissões (Larson) seriam produzidas pelo fato de que certos grupos seriam mais capazes que outros de estabelecer ou impor suas posições no quadro das necessidades sociais, ou, nos termos do autor, de impor sua autoridade cultural. (Esta assimilação é problemática mas volto a ela: im-

por autoridade cultural é o mesmo que estruturar padrões sociais de necessidades?)

Toda a argumentação até aqui, em que os autores citados procuram delimitar fronteiras que separem as profissões dos outros grupos sociais ou que definam critérios para diferenciar grupos profissionais uns dos outros, teve como pressuposto a idéia de uma certa homogeneidade interna das profissões. Na próxima seção procurarei mostrar como se estabelece este conceito e o questionamento de que foi objeto.

### A Comunidade Profissional

A idéia de que as profissões sejam grupos homogêneos é pressuposto essencial da sociologia durkheimiana. Cabe ao grupo profissional a tarefa de socializar os seus membros, inculcando neles os valores da consciência coletiva de caráter essencialmente moral. E se a sociedade foi fragmentada pela divisão social do trabalho, as profissões passam a existir como comunidades morais. Tomando como modelo as corporações medievais, Durkheim inclui num mesmo grupo profissional os patrões e empregados de um mesmo ramo, destacando que este constituiu, historicamente, um meio ambiente moral para os seus membros:

“(...) regras precisas fixavam, para cada ofício, os deveres respectivos de patrões e operários, assim como os deveres dos patrões uns para com os outros. (...) todos eles são inspirados pela preocupação, não de uns ou outros interesses individuais, mas do interesse corporativo. Ora, a subordinação da utilidade privada à utilidade comum, qualquer que ela seja, tem sempre um caráter moral, pois que implica necessariamente algum espírito de sacrifício e abnegação. Aliás, muitas dessas prescrições derivavam de sentimentos morais que são ainda os nossos” (Durkheim, 1984, pp. 20-1).

A subordinação do interesse comum do grupo fundamentava sua unidade bem como o seu papel socializador.

As análises funcionalistas enfatizam o caráter comunitário dos grupos profissionais, a começar pelo próprio Parsons, que os com-

preendia como sistemas de solidariedade fundados na partilha de elementos educacionais comuns. Para Goode, o que caracteriza toda profissão é o fato de ela ser uma comunidade, e é esta a aspiração de toda ocupação que pretenda se profissionalizar. Uma comunidade caracterizada pelos seguintes traços:

"1) Seus membros estão ligados por um sentido de identidade. 2) Uma vez nela, poucos a deixam, de modo que é um *status* terminal para a maioria. 3) Seus membros partilham valores comuns. 4) As definições de papéis de membros e não-membros são objeto de acordo e são as mesmas para todos os membros. 5) Nas áreas de ação comum há uma linguagem comum, que é compreendida apenas parcialmente pelos de fora. 6) A comunidade tem poder sobre seus membros. 7) Seus limites são razoavelmente claros, apesar de serem sociais e não físicos ou geográficos. 8) Apesar de não produzir a próxima geração biologicamente, ela o faz socialmente pelo controle sobre a seleção de professores e pelos processos de treinamento ela socializa seus recrutas" (Goode, 1967, p. 194).

Diversas abordagens, e não apenas o funcionalismo, tratam o grupo profissional como uma comunidade homogênea, e a base principal dessa homogeneidade é o longo período de treinamento ao qual os seus membros são submetidos. O que varia é o significado atribuído ao processo de homogeneização: a aquisição de conhecimentos profissionais fundamenta uma prestação adequada de serviços, um desempenho correto das tarefas (essenciais à vida, segurança bem-estar dos membros da sociedade) atribuídas ao grupo (ver Gyarmati, 1974). Mas pode também assegurar a própria subsistência das profissões no mundo moderno. Para serem autônomos em relação aos critérios particularistas de atribuição de *status* e tornarem-se parte constituinte da sociedade mercantilizada, os grupos profissionais deveriam produzir uma mercadoria específica, e para isto deveriam unificar "as áreas correspondentes da divisão social do trabalho em torno de garantias homogêneas de competência" (Larson, 1977, p. 13). Para esta autora, a formação de

centros de treinamento profissional, vinculados a padrões de conhecimento unificados, dota os membros da profissão de um certo sentido de superioridade cognitiva, bem como provê o grupo de membros médios especializados. Isto significa prover a profissão de indivíduos que aceitam os modelos de carreira existentes, uma vez que seu sucesso depende da sua adesão a eles.

Aqui aparece uma outra característica importante das comunidades profissionais e que acaba por se tornar objeto de intensa polêmica: as carreiras. Boa parte dos autores vê na existência das carreiras um mecanismo de identificação com o grupo: elas seriam mudanças nas formas de participação institucional, seqüências típicas do movimento dos indivíduos na profissão, que dependeriam de avaliação do grupo (Becker e Carper, 1956). Desta perspectiva, o engajamento numa trajetória profissional implicaria a legitimação das hierarquias profissionais existentes, vistas como organizações adequadas das diferenças entre *momentos* da vida profissional (Larson, 1977).

Uma outra forma de analisar as diferenças dentro de uma profissão é sugerida por Freidson. Segundo este autor, os padrões de credenciamento compõem um "sistema que produz, no interior mesmo das profissões, uma *classe de conhecimento* e uma *classe administrativa*, que devem ser distinguidas da *classe trabalhadora* de profissionais que atuam cotidianamente" (Freidson, 1986, p. 82). A criação de um grupo de profissionais dedicado em tempo integral às atividades de ensino e pesquisa é, ao mesmo tempo, fonte de divisões internas e elemento essencial para o controle do corpo de conhecimentos e, portanto, para a preservação da profissão. A classe administrativa é formada pelos profissionais que, partilhando uma certa formação básica com seus colegas, assumem postos administrativo-gerenciais e assim passam a ter interesses e poderes diferenciados. O trabalho desses profissionais administradores reveste-se de importância pelo controle que eles podem exercer sobre as atividades dos seus pares. Freidson chama atenção ainda

para o fato de que, mesmo sendo diferenciados pela qualificação, a divisão entre acadêmicos, práticos e administradores é hierarquizante e fonte de tensão e ressentimento entre eles.

A dimensão cognitiva torna-se, no caso da análise de Freidson, o fundamento das divisões internas, o critério principal de estratificação entre os profissionais. Mas, no pólo que chamei de “organizacional”, as coisas são um pouco mais complicadas. No trabalho de Paul Starr fica muito bem fundamentada a existência de vínculos entre a estrutura da sociedade e a ação do grupo profissional, mas não se mostra que relação pode haver entre esta estrutura e a organização interna da profissão. Na primeira parte do livro mostram-se as diferenças no interior do grupo e o resultado dessas diferenças em termos de posturas e práticas. Mas, a partir do momento em que se estabelece o monopólio profissional, a Associação Médica Americana assume poderes em todo o território nacional, a profissão é tratada como conjunto indiferenciado, como comunidade, e, mesmo quando aparecem posições políticas diferentes, elas não são explicadas.

O modo como esta questão é tratada pelos diversos autores, oscilando entre uma explicação mais substancialista e uma completa ausência de problematização, explicita a dificuldade do tema. A necessidade de construir uma explicação coerente, que inclua divisões e diferenças internas e externas, remete à questão dos próprios princípios de divisão social do trabalho. Isto fica mais evidente no tipo de tratamento dado pelos marxistas à problemática das profissões.

#### *A Abordagem Marxista: Profissão e Classe*

Ao contrário de Durkheim e dos outros autores analisados até aqui, os marxistas, partindo do conceito de divisão do trabalho de Marx, dão pouca ou nenhuma importância à dimensão cognitiva ou técnica para a definição dos grupos sociais. Entre estes autores, as profissões aparecem como objeto subordinado às classes sociais, que seriam o

elemento fundamental na mediação entre a divisão do trabalho e a formação dos grupos profissionais. O grau de autonomia ou de poder de determinação concedido a critérios de posicionamento social que não sejam o de propriedade ou não-propriedade dos meios de produção define dois pólos na vertente marxista: as análises de Noble, Wright ou Poulantzas concedem-lhes pouquíssima autonomia, enquanto Johnson (este, com maior ênfase), Braverman e Carchedi subestimam a subordinação aos critérios mencionados.

Normalmente, a temática das profissões é tratada pelos marxistas como parte do estudo das classes médias, dando margem a algumas indagações interessantes. A primeira delas diz respeito à instância de determinação da existência das classes médias e está diretamente relacionada aos fundamentos da existência das profissões. Nos escritos do próprio Marx há vários níveis de tratamento das classes: se as diferenças sociológicas aparecem mais nitidamente no *Dezoito Brumário*, em *O Capital* a determinação é fundamentalmente econômica. Em tempos mais recentes, estas diferenças produziram um debate, principalmente em torno do trabalho de Poulantzas (1975), sobre as camadas médias, sua identificação, seu caráter de classe, suas posições políticas. Distinguindo níveis econômico, político e ideológico de determinação estrutural das classes sociais, este autor define uma separação entre pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia, constituída de assalariados. Como a primeira tende a extinguir-se, é a nova pequena burguesia que se constitui como problema.

No nível das relações econômicas, a distinção fundamental a se realizar é entre a classe operária e a nova pequena burguesia. Uma vez que os dois grupos são constituídos por assalariados e não-proprietários dos meios de produção, o critério distintivo utilizado é o de trabalho produtivo. Entretanto, o próprio Poulantzas afirma que a determinação estrutural desta classe não se resume à sua posição nas relações econômicas, mas

estende-se também às relações políticas e ideológicas, sendo o critério do trabalho produtivo insuficiente para demarcar precisamente as fronteiras de classe entre os assalariados.

As relações políticas estão diretamente ligadas à dominação: o trabalho de direção e supervisão capitalista reproduz, no processo produtivo, as relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária. Sendo assim, a determinação de classe dos agentes que realizam o trabalho de direção e supervisão é marcada pela dominância das relações políticas. Supervisores, contramestres e "outros suboficiais da produção" não pertencem à classe operária na medida em que sua função é principalmente extrair mais-valia. Seriam, no entanto, dominados pelo capital, executantes subalternos e igualmente explorados.

No plano ideológico, a separação fundamental é entre trabalho intelectual e manual. O lugar de classe dos portadores do trabalho intelectual gera uma contradição no próprio seio do trabalho produtivo; ao mesmo tempo em que fazem parte do trabalhador coletivo produtivo, tendem, pela sua posição na divisão social do trabalho, a realizar as operações políticas, ideológicas e técnicas de subordinação da classe operária ao capital. Dessa forma, engenheiros, técnicos etc. também não fazem parte da classe operária, ainda que sejam representantes de instâncias subalternas.

Neste quadro, a existência das profissões é totalmente subordinada às relações de classe. O trabalho de Noble (1979) é exemplar no uso de um esquema teórico marxista para analisar uma profissão. É interessante observar que se os médicos são o alvo preferencial dos funcionalistas, os engenheiros são o objeto predileto dos marxistas, talvez porque, do ponto de vista destes autores, a posição dos engenheiros seja essencial para o desenvolvimento do capitalismo e a tecnologia seja um dos seus grandes fetiches.

Noble procura estudar o desenvolvimento da profissão Engenharia nos Estados Unidos como parte do processo de desenvol-

vimento do capitalismo americano. Os engenheiros têm um papel crucial neste processo por constituírem o elo mediador entre a instância técnico-científica e o mundo social. A tecnologia é vista como produto social, não apenas técnico, e o engenheiro é o *expert* em ciência aplicada e no gerenciamento/direção das relações sociais. Em cada etapa do capitalismo, a posição dos engenheiros no sistema produtivo assume um significado específico, mas o sentido maior da sua atuação é sempre o de desempenhar as funções de dominação para o capital. No período de 1890 a 1920, com a formação das grandes corporações e a criação de uma indústria baseada na ciência, cria-se o mercado principal para os engenheiros, que passam a ver o progresso da ciência como fruto da ação das grandes empresas industriais. Esta inclinação tem peso decisivo nos conflitos internos à categoria, pois tanto nos debates sobre educação quanto nas formas de hierarquização interna prevalece a influência das corporações. Com o passar do tempo, as tendências gerenciais e anti-sindicais e o apelo à cientificidade da Engenharia alienam-se como os mecanismos principais de distinção dos engenheiros. Na construção do aparato institucional que reforça a posição da profissão, novamente é a grande indústria que desempenha o papel mais importante, criando um espaço de relações (associações, escolas, governo, fundações e até escritórios particulares de consultoria) em que seus agentes assumem posições dominantes.

O texto de Noble tem o mérito de mostrar o papel que desempenharam os engenheiros em dois campos importantes: o da técnica e o da administração, ambos constituindo-se em fundamentos da dominação do capital. Além disto, boa parte da sua análise é perpassada pela questão da *representação*: os engenheiros vão construindo, ao longo da sua história, uma imagem da profissão e do profissional que tem a dupla função de dizer socialmente e fazer ver internamente quem é engenheiro. Mas Noble apenas descreve este movimento, incluído na lógica de desenvolvimento do capital que vai englobando a

profissão. Da leitura do seu texto ficam outras questões relevantes para o argumento aqui desenvolvido. Por exemplo, em que medida esta análise pode ser estendida a outras profissões? Num nível mais abstrato, cabe perguntar pelas relações entre profissão e classe: em que medida profissão poderia constituir uma classe? Em que medida os conflitos amplos de classe poderiam dividir uma profissão, impedindo de caracterizá-la como grupo social com uma identidade reconhecível? Poderia uma profissão vir a ser um ator coletivo, um agente responsável por definições nas formas de organização social?

Nas diversas correntes que formam o marxismo, o principal impedimento a se considerar as profissões como um grupo social específico seria a existência de cortes de classe, de diferentes posições de classe dentro de uma mesma profissão. Deste ponto de vista, inexistente qualquer coisa parecida com uma comunidade. Seguindo, pelo menos em parte, a orientação definida nos trabalhos de Poulantzas, os estudos marxistas sobre profissões destacam a transformação do profissional liberal clássico em trabalhador assalariado. Este processo é abordado a partir das relações de classe e da organização do trabalho e sua análise toca em temas comuns a outras vertentes, como a queda de *status* dos profissionais, a submissão à lógica da empresa, a mudança dos códigos de ética, o estabelecimento de novas relações entre conhecimento, profissão e poder. Apesar da ênfase dos marxistas no caráter social da produção e na utilização do conhecimento, estes autores, pela focalização exclusiva nas relações de classe, perdem a especificidade da existência e atuação dos grupos profissionais, do papel desempenhado por eles na estruturação das relações de produção.

As diversas críticas surgidas dentro do próprio marxismo, como a historiografia inglesa, ou advindas de concepções weberianas, como é o caso de Claus Offe (1989), John Urry e Scott Lash (1987) ou Frank Parkin (1983), colocaram em questão uma série de pressupostos e definições, sobretudo os princípios de determinação da existência

dos grupos sociais. Surge então uma perspectiva que procura definir outras categorias de análise, de modo a captar melhor as diferenças que possam dar origem às profissões. De um ponto de vista ainda bastante economicista, o trabalho de Johnson (1977) procura mostrar que o processo de diferenciação da propriedade e do trabalho que ocorre na esfera da produção estende-se à esfera da reprodução. Com isto o autor pretende chamar a atenção para o fato de que se alargaram as bases sobre as quais o capital cria seus mecanismos de reprodução, surgindo daí todo um conjunto de trabalhadores que nada produz além de formas de controle associadas à reprodução ampliada do capital. Johnson refere-se principalmente ao Estado e ao setor de serviços e adota como grupos ocupacionais exemplares de cada uma dessas esferas os assistentes sociais e os contadores, respectivamente. O essencial a reter na posição de Johnson é que

“(...) a nova pequena burguesia é caracterizada por posições na divisão social do trabalho (tal como é estruturada pelo processo de realização) que operacionalizam a função do capital mas o fazem como parte de um processo de trabalho crescentemente fragmentado e rotinizado. É então na própria ambigüidade da sua posição econômica no processo de realização que as relações ideológicas tornam-se condição emergente e potente de sua determinação de classe” (1977, p. 218-9).

Reconhecendo as possibilidades de autonomia e de ação de associações profissionais, Johnson questiona os determinismos de classe no nível político e ideológico e abre espaço para a análise (nos limites do marxismo) de problemas relativos às origens dos grupos profissionais, à relação entre conteúdo técnico das ocupações e seu papel na sociedade dominada pelo capital, ao papel do Estado capitalista como elemento essencial na delimitação da autonomia e independência das profissões, como mediador das relações cliente-profissional. Recebe tratamento especial a questão da integração entre poder estatal e privilégio profissional, de

grandes conseqüências para os destinos sociais das profissões:

“Em suma, aquelas ocupações que chamamos ‘profissões’ são heterogêneas do ponto de vista das classes, não só como resultado das suas funções distintas no processo de apropriação direta, realização e reprodução do trabalho, mas também porque elas exibem diferenças de função, poder e privilégio como resultado das conseqüências diferenciadoras de cada um desses processos. Não podemos identificar esses processos por referências ao processo totalizador de reprodução em geral nem em termos de supervisão e controle no nível das relações de produção” (Johnson, 1977, p. 231-2).

Mesmo mantendo-se nos limites da determinação de classe, Johnson mostra possibilidades de diferenciação estrutural que poderiam estar na origem dos diversos grupos profissionais. Elas apareceriam nas instâncias política, ideológica e econômica e nas formas de organização que vão se criando nas sociedades capitalistas. O ponto crítico da sua obra, a meu ver, é a discussão da especificidade dos modos de existência dos grupos profissionais, que nos remete ao terceiro item da minha argumentação.

### **A Especificidade das Profissões como Grupos Sociais**

Em sua querela permanente com os utilitaristas e economistas, Durkheim encontrou nas corporações profissionais o grande exemplo da predominância de valores outros que não o puro interesse econômico. O elemento distintivo das profissões na estrutura social seria justamente o fundamento moral de sua existência comunitária, criando assim bases possíveis para a recuperação de uma consciência coletiva anômica que se instalara nas modernas sociedades industriais.

Esta abordagem gerou um tipo de estudo que procurava demonstrar as diferenças entre o mundo dos negócios, com sua lógica utilitarista, e o mundo profissional, voltado para o atendimento das necessidades coletivas. Parsons (1967) procura demonstrar a incorreção desta análise enfatizando que se

trata de diferenças de situação e não de motivação. A autoridade profissional constitui-se como uma estrutura sociológica peculiar, baseada na competência técnica superior, e se exerce sobre uma esfera particular tecnicamente definida. Como os outros elementos da pauta profissional, caracteriza-se pela especificidade da função, uma das marcas essenciais dos modernos sistemas sociais, que cada vez mais se distinguem pela racionalidade institucional presente em suas pautas normativas. Tanto a esfera profissional quanto a comercial estariam marcadas pela especificidade funcional e pelo predomínio de padrões e critérios universalistas, em detrimento dos particularistas, e isto fortalece a importância da profissão como estrutura peculiar dentro da sociedade mas ampla.

Mas a racionalidade, a especificidade funcional e o universalismo predominante nas sociedades modernas carregam consigo também uma certa relação com o desinteresse: a pauta institucional que as governa não sanciona a busca do interesse próprio e, sempre de acordo com Parsons, o predomínio deste talvez tenha sido exagerado. Isso significa que as metas, as motivações são as mesmas no mundo dos negócios e nos trabalhos profissionais. “A diferença radica na diversidade do caminho para chegar a metas semelhantes, determinada pelas diferenças entre as respectivas situações ocupacionais” (Parsons, 1967, p. 42). Não estaríamos diante de uma oposição entre egoísmo e altruísmo, mas de pautas institucionais definidas por bases funcionais que definem situações distintas.

Independente da explicação (a própria natureza do grupo ou as diferentes situações ocupacionais), o “ideal de serviço” aparece nas análises funcionalistas como o grande traço diferenciador das profissões, ao lado da autonomia na realização do trabalho. De acordo com Gyarmati (1974, p. 632), os profissionais não só são preparados para desempenhar adequadamente suas tarefas através de um longo treinamento especializado, como também colocam os interesses (econômicos ou de qualquer outro tipo) dos



seus clientes à frente dos seus próprios. Dado que somente os membros da profissão combinam “conhecimento profissional” e “orientação ou ideal de serviço”, eles adquirem uma prerrogativa especial: a profissão é livre para definir e satisfazer as necessidades de seus clientes e de sua clientela. Com isto, os grupos profissionais estariam protegidos de intervenção externa de qualquer tipo, tornando-se eles mesmos seus próprios controladores.

Este tipo de análise vai ser questionado por diversas correntes, mas antes de passar a elas é preciso tratar da sua mais importante consequência teórica: a problematização dos processos de transformação pelos quais grupos profissionais passam a ser incluídos em grandes burocracias. A visão das profissões como grupos sociais autônomos não só produz uma espécie de insulamento, que faz com que elas sejam sempre tratadas de forma independente, de uma perspectiva interna — traduzida numa temática cujo centro é sempre a relação profissional/cliente —, como faz com que profissionais assalariados (isto é, aqueles que fogem do modelo de trabalho autônomo) sejam sempre incluídos num capítulo à parte, onde se põe em dúvida o caráter verdadeiramente profissional de sua existência social. Burocratização e proletarianização seriam fenômenos que contrariam a natureza da corporação profissional e, desse modo, não poderiam ser incluídas como processos constitutivos da sua existência. Este me parece ser o limite mais sério da análise funcionalista, e por ironia, é justamente o ponto a partir do qual os marxistas se interessam pelas profissões, para mostrar a submissão das mesmas ao determinismo de classe. Conjugando as dificuldades encontradas pelas duas vertentes, reforça-se a necessidade de adoção de um instrumental teórico que dê conta da especificidade desses grupos mas que também possa compreendê-los na totalidade das suas formas de manifestação.

As análises de cunho fenomenológico insistem em mostrar o caráter problemático do ideal de serviço e da autonomia das profissões, explicitando, através de estudos

das suas práticas cotidianas, as diferenças de atendimento segundo o tipo de clientela (contra a idéia parsoniana do universalismo ligado à orientação do serviço) ou a fraqueza dos controles éticos e técnicos das atividades profissionais, os quais segundo o modelo funcionalista, consistiriam na base da autonomia. Mas as abordagens weberianas vão além: conceber a existência das profissões como parte da esfera do poder e integrante dos princípios de hierarquização social significa relativizar e problematizar a autonomia e abrir possibilidades de teorizar sobre o significado do “ideal de serviço”.

#### *O Profissionalismo como Projeto de Mobilidade*

As profissões modernas, ao contrário de suas antecessoras, abandonaram o apoio das elites e procuraram um critério de legitimação mais amplo, mais homogêneo e mais democratizante, que é dado pela universalização do mercado. O trabalho de Magali Larson, mencionado anteriormente, mostra que, definidas certas condições de mercado, é necessário compreender outra dimensão das relações de poder: a luta por *status*. No caso das profissões, ela se traduz na constituição de um projeto coletivo de mobilidade social. Pelo seu caráter coletivo, o projeto profissional está vinculado aos processos mais amplos de estratificação social, produzidos a partir da “grande transformação”. Os meios utilizados para a consecução deste projeto são os mesmos já usados para a formação dos mercados profissionais. Sob esta ótica, no entanto, eles assumem um caráter diferente, e as fontes de prestígio que são incorporadas como meio de mobilidade social são analisadas segundo três dimensões principais: o grau de independência em relação à estrutura do mercado; o grau de modernidade ou de distância das fontes tradicionais; o grau de autonomia ou o peso maior ou menor da própria profissão na definição dessas fontes.

Analisando rigorosamente o processo de transformação da sociedade americana que deu origem, na virada do século XX, a

uma nova forma de estratificação social, a novas formas de organização política e econômica, a autora mostra como as profissões estabelecidas e emergentes souberam aproveitar os recursos organizacionais disponíveis e construir o seu lugar social. Neste momento da análise, Larson deixa num segundo plano a dimensão cognitiva para realçar os processos *sociais* que determinam a posição e a trajetória das profissões. A comparação com a sociedade britânica vai mais longe ao ressaltar o caráter de usurpação de toda luta por *status*. No caso dos Estados Unidos, a construção de critérios de prestígio e de valor a partir da dimensão cognitiva parece mais evidente, pois não estavam sendo destruídos critérios validados pela sociedade anteriormente. Simplesmente estavam sendo estabelecidos alguns princípios de posicionamento numa sociedade livre.

O estudo das profissões americanas volta-se especialmente para a compreensão do modo pelo qual foram utilizados os recursos organizacionais e sociais para a realização do projeto de mobilidade coletiva, isto é, para a instalação de princípios de hierarquização social que permitissem aos grupos profissionais conseguir posições privilegiadas na nova estrutura ocupacional/social que se formou nos Estados Unidos a partir do século passado. O processo de centralização política e econômica, acompanhado da necessária burocratização, é a base que fornece os recursos para a constituição do novo tipo dominante de profissional: as profissões organizacionais. No Estado, atuando em nível nacional, na grande corporação e nas universidades desenvolve-se este novo tipo profissional que, na realidade, não se opõe ao modelo clássico mas apenas reforça algumas tendências que já estavam presentes nele. Ao vincular a criação deste tipo profissional aos princípios fundamentais de localização social nas sociedades modernas — grande corporação, Estado e universidade —, Larson resalta a proximidade entre o trabalho profissional e as grandes burocracias.

“O mais importante princípio de legitimação da burocracia é, para Weber, sua efi-

ciência superior para lidar com problemas de larga escala. Burocracia parece ser a forma estrutural sob a qual a reorganização da produção de mercadorias pelo capital monopolista é ‘transmitida’ ideologicamente por todo o corpo social. No desenvolvimento histórico particular dos Estados Unidos, instituições centrais de abrangência nacional foram estabelecidas quase que contemporaneamente nas esferas econômica e política e, se incluirmos as universidades nacionais, na esfera da educação superior também. Esta reorganização paralela reflete-se, no nível da ideologia, nos temas uniformes da eficiência, regulação e ‘expertise’. Foi durante esta fase de transição para o capitalismo corporativo que as profissões americanas consolidaram sua posição nas hierarquias social e ocupacional” (Larson, 1977, pp. 143-4).

O vínculo que se estabelece entre profissões e a organização das hierarquias sociais explica por que não há incompatibilidade entre burocratização e profissionalização. Muito pelo contrário, os dois processos reforçam-se mutuamente. Tanto as organizações burocráticas quanto o trabalho profissional guiam-se pelos princípios de racionalidade funcional e pela aplicação da ciência, “transformando poder em autoridade ao invocar a legitimidade da *expertise*”. A especificidade dos grupos profissionais é vista aqui não como uma diferenciação ou algum tipo de isolamento em relação ao resto da sociedade, mas como utilização de recursos específicos (s...ber e racionalidade) na constituição mesmo dos vínculos com os outros grupos sociais.

Para analisar a questão da autonomia profissional, que neste caso não pode mais ser vista como fruto do isolamento das profissões, Larson critica as definições sociológicas que incorporam elementos ideológicos (o ideal de serviço, o estabelecimento de diferenças radicais entre trabalho assalariado ao capital e trabalho profissional) e procura mostrar as circunstâncias históricas do aparecimento dos grupos profissionais para estabelecer as condições do desenvolvimento da autonomia e do ideal de serviço, vistos então como elementos constitutivos de uma ideo-

logia. Segundo esta autora, as primeiras associações profissionais constituíram-se não para lutar contra o mercado, mas antes para *constituir e controlar* um mercado. Desta forma, constroem uma estrutura corporativa que lhes permite um certo isolamento da sociedade mais ampla (razão da sua autonomia), podendo inclusive manter certos traços da sua representação de mundo, especialmente os princípios antimercado.

Explica-se, assim, a ilusão de autonomia e de uma existência radicalmente diferente, em termos da sua organização, das profissões. Mais ainda: “do ponto de vista do mercado, o surgimento das profissões aparece como mais uma fase da racionalização capitalista” (Larson, 1977, p. 56), incluindo-se definitivamente na esfera das relações de classe nestas sociedades. A ideologia de um setor da classe emergente — os grupos profissionais em ascensão — subsume-se à ideologia dominante. Isto porque o vínculo com a estrutura de classes passa pela ideologia:

“Pelo fato de que a ascensão das profissões dependia tão amplamente do estabelecimento de credibilidade social, elas tiveram que apelar para estruturas ideológicas gerais. Uma delas foi o próprio princípio de racionalização, incorporado no *ethos* científico e na autoridade racional da *expertise* técnica” (Larson, 1977, p. 56).

Na época do seu desenvolvimento, no entanto, este tipo de apelo ideológico ainda não poderia fornecer uma base geral de legitimação para as profissões, que buscam no passado, na ordem social anterior ao século XIX, os fundamentos, mais éticos que científicos, da autoridade profissional. Orientação para a comunidade, função civilizadora, satisfação com o trabalho e mesmo alguns princípios antimercado ou anticapitalismo “foram incorporados na tarefa de organizar os mercados profissionais porque estes eram elementos que davam suporte à credibilidade social e à crença do público no caráter ético das profissões” (Larson, 1977, p. 63). Esta é a história original do profissionalismo, que acaba se transformando numa ideologia que reúne elementos antitéticos (“função civilizadora” x “orientação para o mercado”, ou

“proteção à sociedade” x “proteção do mercado”, ou ainda valores extrínsecos x valores intrínsecos do trabalho) que acabaram por confundir alguns sociólogos.

No caso das profissões modernas, permanecem ainda alguns destes traços, mas surgem novas formas de legitimação do poder com a emergência de uma concepção de autoridade que apela à racionalidade da ciência. Os profissionais promovem a racionalização no modelo corporativo transformando a *expertise* científica em princípio transcendente e base da sua autonomia. Além disto, o momento de consolidação das profissões na estrutura social americana corresponde à transformação da universidade, da corporação e do Estado nas principais instituições definidoras de *status*. Novamente, o vínculo se faz através da ideologia, pois os temas da eficiência, da regulação burocrática e da *expertise* espalham-se, a partir destas instituições, para toda a sociedade. As relações entre profissão e classe estabelecem-se pela via da ideologia dominante, sendo a primeira responsável pela difusão de valores e práticas da classe dominante (individualismo e preocupação com *status*, além das características já citadas do profissionalismo). Neste processo, a Escola desempenha papel justificador, atuando como instituição que certifica um novo tipo de propriedade — o saber — e fundamenta hierarquias meritocráticas que recompensam o esforço individual. No sentido inverso, a ideologia burguesa é fonte de coesão interna no campo profissional (através da idéia de vocação, das expectativas de carreira e da socialização profissional) e da legitimação do lugar das profissões na estrutura social.

Se para Larson a ideologia do profissionalismo define a especificidade da existência social das profissões, podemos dizer que Paul Starr propõe uma perspectiva mais abrangente ao identificar na produção da autoridade cultural o fundamento desta especificidade. Estudando a Medicina americana, este autor estabelece os princípios a partir dos quais os médicos se configuram como portadores de autoridade legítima. Cada um

deses princípios corresponde aos atributos definidores de uma profissão: o princípio da colegialidade, o princípio cognitivo e o princípio moral. Em outros termos: credenciais, conhecimento e código de ética. Se estes são os traços característicos normalmente reivindicados pelos profissionais e, em geral, atribuídos pelos sociólogos às profissões, Starr tenta mostrar que eles estão referenciados à questão do controle ocupacional, e que é essencial que se perceba o profissionalismo como algo mais, como um tipo de solidariedade, uma fonte de significado, um sistema de regulação de crenças na sociedade moderna.

Tanto Larson quanto Starr apontam para o problema central da especificidade dos grupos profissionais, seja como elementos constitutivos das hierarquias, seja como criadores dos sistemas de regulação de crenças nas nossas sociedades. O que nos trabalhos citados fica implícito poderia ser explicitado num esquema analítico que partisse de uma teoria geral da formação e hierarquização dos grupos sociais e permitisse incluir as profissões no processo geral de formação das estruturas sociais sem perder os fundamentos da sua especificidade.

### **Para uma Teoria da Formação dos Grupos Sociais**

A crítica à teoria marxista das classes sociais elaborada por Pierre Bourdieu (1989a) sistematiza e aprofunda elementos que já vinham aparecendo nos trabalhos de Johnson e permite incorporar as contribuições dos autores weberianos que se discutiu anteriormente. Em primeiro lugar, aparece o problema da definição dos princípios de divisão dos grupos sociais que possam dar conta da delimitação entre os diversos trabalhos sem esquecer o caráter social das fronteiras que se estabelecem e considerando a natureza virtualmente hierarquizante dessas divisões. As insuficiências da análise marxista são produto, segundo o autor francês, da redução do mundo social ao campo das relações econômicas, o que acaba levando à utilização de critérios puramente econômicos para definir posição social. Na sua crítica aos estudos tra-

dicionais sobre estratificação social, Bourdieu mantém a idéia de posse de capital como elemento definidor de posição social, mas diferencia este capital segundo espécie, volume e estrutura, instituindo, assim, campos sociais com lógicas específicas e evidenciando as múltiplas determinações do real. “Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto, ao campo de produção econômica” (Bourdieu, 1989a, p. 153).

Esta multiplicidade de dimensões acaba definindo o que poderíamos chamar de mediações entre a determinação puramente econômica e a existência social dos grupos.

“Pelo fato de que os diferentes fatores que entram no sistema de determinações constitutivas da condição de classe, e que podem funcionar como princípios de divisão real entre grupos objetivamente separados ou atualmente mobilizados, possuem pesos funcionais diferentes e detêm, por isso, uma eficácia estrutural muito desigual, os princípios de divisão são, eles mesmos, hierarquizados” (Bourdieu, 1979, p. 118).

Produto da diferenciação progressiva do espaço social, a existência de diferentes espécies de capital (social, econômico, cultural) define campos estruturados em torno de certos princípios de causalidade cuja eficácia é diferenciada e hierarquizada de acordo com a correlação de forças vigente num determinado momento numa sociedade, sendo, portanto, objeto de lutas. Os diversos campos passam por um contínuo processo de autonomização, pelo qual os elementos mais universais — capital, investimento, ganho — assumem formas específicas, definindo relações objetivas, tornando obrigatória a análise histórica dos processos de constituição e transformação de cada campo.

“Sendo o capital uma relação social, isto é, uma energia social que só existe e produz seus efeitos no campo onde ela se produz e reproduz, cada uma das propriedades atribuídas à classe recebe seu valor e sua eficá-

cia das leis específicas de cada campo” (Bourdieu, 1979, p. 127).

Cada campo, possuindo sua lógica própria de funcionamento, coexiste com outros no espaço social em que os agentes lutam por valorizar e melhorar sua posição (no próprio campo e no espaço social em geral), levando sempre a configurações de equilíbrio instável em que uma das espécies de capital é dominante mas interage com as demais na mobilização diferencial de recursos que os agentes introduzem nesta luta. Com isto quer-se dizer que o processo de aprofundamento da divisão do trabalho, característico das sociedades ocidentais modernas, produz ao mesmo tempo uma diferenciação entre os campos no espaço social, inclusive a criação de novos campos, e uma autonomização dos princípios de divisão do mundo social. As conseqüências no plano histórico podem ser vistas, entre outras coisas, na extensão do processo de profissionalização e na instalação concomitante de outros critérios de estratificação além da propriedade e da origem familiar. No plano teórico, coloca-se a necessidade de compreender as múltiplas determinações da existência dos grupos sociais.

Como princípio de hierarquização concorrente, as diversas formas de capital cultural têm sua eficácia classificatória definida pela sua relação com a espécie de capital dominante — no caso das sociedades modernas, fundamentalmente o econômico. Pode-se dizer assim que a classe, na acepção marxista, concorre com profissão como princípio de organização das hierarquias sociais. Isto significa que estamos diante de uma luta pelo estabelecimento de princípios hegemônicos de divisão e hierarquização do espaço social, uma luta entre princípios de regulação. O título universitário, fundado no saber científico, é um desses princípios, e dos mais caros às classes médias e aos profissionais em geral. Mas ele concorre com outros, como o título nobiliárquico ou títulos de propriedade. Nesse sentido, as profissões não configuram o padrão de desigualdade, como quer Larson, mas um padrão de desigualdade, em confronto com outros e, talvez, hegemônico

em certas épocas e alguns lugares do mundo social.

É esta luta entre princípios classificatórios que dá o significado dos conflitos pela Escola, especialmente pela Universidade, e pela definição de políticas globais de ensino. Nestes conflitos, o que está em jogo é a distribuição do capital cultural certificado: o valor do diploma em confronto com outras fontes de legitimação de posições no mercado e na sociedade. Fica aqui, então, o problema de definir o lugar e o papel do sistema de ensino, que nas análises funcionalistas e weberianas é o *locus* principal de estruturação da vida profissional, ou ainda de estabelecer todo o complexo de mediações que vincula o título escolar e o posto de trabalho.

Do mesmo modo, a utilização da ciência como fundamento legitimador constitui uma vitória do pensamento científico sobre as sabedorias populares e outros saberes também desclassificados, colocados na vala comum do esotérico, estranho, por funcionarem em outros parâmetros que não o método científico, qualquer que seja o conteúdo que se esconda atrás desse rótulo. Como dizia Weber, “a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas e não um dado da natureza”. A questão aqui é entender como este pensamento se torna o parâmetro de todos os saberes e se as profissões tiveram ou têm algum papel neste processo, e qual seria este papel.

Considerando-se que há inúmeras formas de recursos ou capitais desigualmente distribuídos, a partir dos quais e pelos quais os agentes lutam para estruturar o mundo, e que portanto o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos, segundo diferentes princípios de visão e de divisão, os agrupamentos, os cortes construídos a partir da distribuição de capital são aqueles que têm maiores probabilidades de serem estáveis, permanentemente significativos. Sendo assim, conhecendo-se o modo de funcionamento do espaço de posições,

“(...) podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes

e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes” (Bourdieu, 1989a, p. 136).

As profissões seriam, então, grupos ou classes sociais que se caracterizam pela forma diferenciada de apropriação e mobilização de um tipo de capital, o cultural, considerado aqui como princípio de hierarquização oposto mas dialeticamente integrado ao capital econômico e ao capital social.

É uma forma diferenciada de apropriação do capital cultural na medida em que define certas regras próprias, como a exigência de um grau mínimo de institucionalização deste capital, principalmente através da produção de certificados, ou a relação — problemática — com o chamado conhecimento científico. A lógica do capital cultural, principal eixo de estruturação do campo das profissões, define as condições de produção (através da escola), de distribuição (através da atuação organizada no mercado) e de controle (através das diversas formas de hierarquização, organização e representação) dos profissionais. Em todas estas instâncias, o capital cultural integra-se às outras espécies de capital para produzir efeitos específicos, distinguindo agentes e grupos por suas posições e disposições.

Definir o elemento estruturador das profissões como capital cultural permite superar alguns dos problemas apontados anteriormente na sociologia dos grupos profissionais. Inicialmente, esta concepção afasta possíveis tendências à substancialização contidas tanto nas análises funcionalistas quanto nas weberianas, na medida em que capital cultural significa bem mais que um certo montante de conhecimento: é uma relação social que inclui, além do saber, o próprio nome da profissão, a sua representação (que ajuda a entender também o problema da ideologia das profissões), as disposições dos agentes. Concebido como objeto de luta, a posse e a valorização diferenciada deste capital explicam os conflitos interprofissionais pela delimitação de monopólios, explicitando que “(...) a divisão do trabalho, potencial-

mente inscrita no universo objetivado da técnica, só se realiza na ordem propriamente social através da mediação de sistemas simbólicos, onde se exprimem de forma explícita as divisões entre grupos, e classes” (Boltanski, 1982, p. 50).

Tratando a chamada dimensão cognitiva de forma mais abrangente, é possível incluir na análise outras formas de conhecimento que não o científico como base de articulação do grupo profissional — dos saberes gerenciais/administrativos aos conhecimentos mágicos ou advinhatórios. O entendimento do modo de produção e funcionamento do capital cultural permite explicar, inclusive, o lugar ocupado pelo conhecimento científico nas sociedades modernas e sua relação com as profissões. Do mesmo modo, é possível estabelecer padrões, ao mesmo tempo mais gerais e mais flexíveis, para separar profissões e ocupações, uma vez que serão diferenciadas não pelo conteúdo objetivo do seu saber, mas pela correlação de forças sociais vigentes que define o arco de possibilidades de cada uma delas.

Mas se fica claro o uso do capital cultural como fundamento da distinção, é preciso ainda explicar os mecanismos de delimitação de fronteiras entre os grupos. Para isto, o conceito de campo é essencial. Espaço social de relações objetivas e específicas, o campo é visto por Pierre Bourdieu como meio de explicar a forma concreta das interações dos agentes:

“Compreender a gênese social de um campo é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e das obras por eles produzidas” (Bourdieu, 1989 e p. 69).

Dois pontos mostram-se particularmente importantes aqui. Primeiro, a possibilidade de existência de espaços sociais onde vigoram princípios de estruturação razoavelmente autônomos, mesmo se vinculados

aos processos mais gerais em andamento na sociedade. O segundo diz respeito ao lugar dos agentes.

A autonomia relativa do campo é uma noção que permite superar o economicismo das explicações marxistas sobre as profissões e o substancialismo ou realismo das análises durkheimianas: O social se explicaria pelo social e as hierarquias entre e dentro dos grupos, bem como as fronteiras entre eles, constituem-se a partir do trabalho de instituição realizado pelos agentes. Concebendo a sociedade como espaço estruturado — a partir do princípio dominante da posse do capital econômico — mas fluido — dada a luta constante dos agentes pela imposição de suas próprias representações domundo social —, esta vertente analítica procura mostrar ainda que a autonomização dos campos é um processo de depuração pelo qual cada obra, cada produtor/agente e a sua própria lógica interna vão se orientando para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo.

A depuração do campo profissional significou a preponderância do diploma universitário como fundamento de distinção. Mas, comó não poderia deixar de ser, os campos ligam-se aos processos estruturais mais amplos e sua autonomia relativiza-se pelo repique interno dos princípios dominantes na sociedade. Assim, pelas homologias estruturais, o campo profissional organiza-se em torno de pólos que se distinguem um do outro, produzindo efeitos semelhantes aos da distinção entre burguesia e classe operária, mas sempre mediados pelas regras específicas do campo:

“as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social” (Bourdieu, 1989c, p. 72).

É a partir deste conceito que podemos entender como a profissão pode se tornar fundamento de distinção, de posicionamento nas hierarquias sociais, compreendendo os processos pelos quais se delimitam fronteiras e se instituem princípios de organização in-

terna que combinam as diferenças numa forma específica de coesão do grupo. Se a vida social é luta perpétua, como quer Weber, se as fronteiras entre os grupos são fluidas, a coesão interna assegura-se pelo trabalho de instituição, de representação do grupo e do mundo social, e é contingente das histórias de cada sociedade, de cada agrupamento, vinculando-se, portanto, às idéias de agente e de projeto.

Ao considerar os grupos profissionais como produto de um trabalho social de instituição, como grupos construídos a partir de uma lógica definida, num quadro de luta social pela dominação, esta abordagem avança em relação às análises weberianas que, mesmo propondo a idéia de grupos construídos (especialmente em Stark), não dão coerência ou não percebem os fundamentos e as consequências da luta por sua construção em todas as instâncias da vida social, de forma sistemática. A partir daí caberia perguntar em que medida a luta pela constituição dos grupos profissionais e pela afirmação de sua posição define tendências estruturais na sociedade, ou ainda, define formas de regulação da vida social, transferindo sua autoridade para fora da sua área estrita de ação. Formulando como questão a idéia de Stark (1990), o problema é saber se e como “os profissionais de classe média tiveram papel ativo na criação e formulação de suas posições, através da elaboração de um projeto profissional que lhes abriu um novo espaço de classe” (Stark, 1990, p. 11).

Esse papel criativo dos grupos profissionais no mundo social pode retraduzir para as relações sociais, para a ação dos grupos, o papel regulador (ou as tentativas de regulação) atribuído à racionalidade científica. Este problema já surge em Larson (1977, p. 38) de forma mais restrita, na sua análise dos modos pelos quais a profissão muda a definição e a forma dos problemas experimentados e interpretados pelos leigos. Estamos diante da questão de como as profissões se organizam em torno de um saber, constroem projetos e procuram reorganizar as relações sociais de maneira que lhes seja conveniente.

Evidentemente, não está em jogo uma consciência e uma capacidade total e exclusiva de planejamento e realização. A discussão das necessidades atendidas pelos profissionais, vistas como produto do jogo de forças sociais e desta ação criativa dos grupos sociais, também pode ter aí um bom princípio de explicação.

Ao introduzir a idéia de que o capital cultural é também um princípio de estratificação concorrente com o capital econômico, a perspectiva bourdieusiana aponta o fundamento último das lutas pela constituição dos grupos profissionais, de sua representação, bem como permite reivindicar para estes uma lógica própria de existência. Dessa forma, pode-se perceber a especificidade da profissão como fundamento de distinção, na medida em que são incorporadas as características diferenciais de comportamento dos agentes e dos grupos, que não poderiam ser atribuídas simplesmente à classe social, no sentido marxista do termo. No caso, a idéia de divisão entre proprietários e não-proprietários é utilizada como homologia, a partir da qual constroem-se núcleos de sentido como nos outros campos, mas que assumem em cada um deles formas e organização específicas, determinadas pelos princípios próprios de cada campo.

Ao estabelecer vínculos entre profissão e hierarquização social, Larson mostra como a ideologia do profissionalismo é estreitamente dependente de um projeto coletivo de mobilidade social produzido e dirigido por uma elite profissional que visava ganhos pessoais na sua efetivação. Introduzem-se aqui duas questões cruciais para o estudo das profissões. Primeiro, a existência de diferenças internas, de uma hierarquia entre os membros da comunidade profissional, que se mostraria então como espaço estruturado, e talvez não tão comunitário como sugerem as análises mais clássicas. A estrutura deste campo se expressaria nos mecanismos de distribuição do capital ou nos seus princípios de divisão. Segundo, a questão da representação do grupo, nos dois sentidos do termo: de delegação e de construção de uma

imagem do grupo localizada socialmente. Aqui retoma-se a questão do ator que, do ponto de vista interno ao grupo, significa luta pelo monopólio dos meios de representação social e política da categoria, luta na qual os diversos agentes procuram constituir-se como o mais/o melhor profissional dos profissionais. Do ponto de vista externo, a representação faz parte do domínio da política, do sindicalismo, expressando, através de organizações que se constituem em representante ou porta-voz, imagens individualizadas do grupo e de suas relações na estrutura social. São dois problemas estreitamente vinculados e que podem ser resumidos como o problema da identidade do grupo: o que faz com que, mesmo diante dessas e de outras diferenças, exista uma coesão que permita chamar uma determinada profissão de grupo social?

Aqui, ao contrário das perspectivas que consideram que o plano social das identidades é sempre o plano das características adscritas, ficando a ação, a racionalidade e a intencionalidade para a dimensão política (ver Reis, 1988), a produção das identidades sociais é tratada globalmente: atores coletivos que vão se constituindo, lutando pelas representações, pelas suas formas de visão e divisão do mundo social. Nem só os partidos são capazes de agir socialmente na definição de identidades: ocupações, seitas, igrejas, grupos intelectuais ou artísticos fazem isto cotidianamente.

“Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social. isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*” (Bourdieu, 1987, p. 14).

Aparece aqui o papel instituidor, criativo, que os agentes têm na constituição do campo profissional, seja para delimitá-lo ou



para organizá-lo, mas principalmente para produzir representações do próprio grupo e do mundo social. Na natureza dessas representações e das formas organizacionais e de ação coletiva encontra-se a especificidade das identidades sociais.

Uma qualificação é necessária neste momento, pois deve-se ter em mente que nem todas as classes têm condições sociais e/ou econômicas de transmutação simbólica das diferenças materiais. E aí já se pode notar que os diversos subcampos do campo profissional diferenciam-se entre si quanto a essas possibilidades. Mas também é importante ressaltar que este campo institui-se junto ao pólo dominante da sociedade, habilitando-se os seus agentes a praticar o jogo das distinções simbólicas dentro dos limites definidos pelas diversas formas de coerção econômica. Isto significa que o campo profissional é espaço de privilegiados, lugar de luta pela dominação, pelo menos virtualmente.

Se o campo profissional desenvolve-se como lugar da instituição de novos padrões de desigualdade social, como quer Larson, a própria lógica da existência dos agentes situados neste campo faz com que eles procurem estender os princípios vigentes no seu espaço para o conjunto das relações sociais. É este propósito que Larson analisa: a profissionalização extensa da sociedade como projeto coletivo de mobilidade social. A perspectiva que se adota aqui permite ir além, no sentido de mostrar que não se trata apenas de mobilidade, mas de um projeto-representação do mundo social. Mais do que impor autoridade cultural (Starr), os grupos profissionais constroem representações específicas sobre o modo como a sociedade se estrutura (ou deve se estruturar) e do lugar de cada grupo aí dentro. Sendo assim, o papel instituidor do trabalho profissional assume dimensões bem mais amplas, podendo abarcar todo o conjunto das relações sociais, dependendo das condições materiais a que me referi anteriormente. A importância das profissões, pressentida por Parsons e explicitada de alguma forma por Larson e Starr, pode mostrar-se assim em toda sua extensão,

deixando as suas marcas na organização e representação da divisão social do trabalho, na criação de hierarquias entre esses trabalhos e entre os grupos que os realizam, na instituição de modelos de profissionalização, na definição de formas legítimas de ação coletiva, nas concepções de mundo.

#### Nota Final

Da perspectiva aqui discutida, torna-se questão da maior relevância aquela das relações entre os modelos sociológicos de análise dos grupos profissionais e a trajetória dos mesmos. De modo mais enfático, o papel instituidor que sociólogos podem ter no momento em que definem regras de estruturação do mundo social não é apenas um problema epistemológico. A temática dos modelos de profissionalização evidencia o caráter conflituoso da formação dos grupos profissionais mas permite compreender o lugar dos trabalhos sociológicos. O modelo de profissão que procura filiar seu saber à ciência é hegemônico e até os grupos mais distantes dele procuram adaptar-se. Seria importante entender as relações entre as representações do modelo de profissionalização e as representações do próprio grupo, bem como as representações que o grupo tem do campo profissional como todo, de suas hierarquias.

No interior do campo profissional repetir-se-ia, com outras armas e argumentos, o conflito pela sua divisão e hierarquização e o modelo de profissionalização seria um trunfo nesta luta. Aí entram a Sociologia e os sociólogos, como recurso e como agentes, respectivamente, nesta luta pela definição de modelos, de tipos ideais. Os modelos profissionais de médicos produzidos pelo funcionalismo serviram de base para a organização e para reivindicações de uma série de ocupações que pretendiam se profissionalizar. O modelo de profissão ou a ideologia do profissionalismo é uma arma poderosa, um componente do capital de que dispõe um grupo para situar-se no campo profissional. Deste ponto de vista, pode-se incorporar a crítica de Abbott aos teóricos que mostram a

profissionalização como um processo unidirecional, com etapas definidas e semelhante em todos os casos. A organização do campo profissional depende, em cada momento, da correlação de forças sociais que definiria os modos possíveis de profissionalização. O que significa que a trajetória dos diversos grupos é variável, alguns tendo maior destaque que outros em determinados períodos. Mais do que o problema do título e do posto, trata-se aqui de uma confrontação entre os diversos títulos e as formas de estabelecimento do seu valor. Neste processo, o conhecimento dos modelos e a eleição de um deles como objetivamente correspondendo à definição de trabalho profissional pode ser um recurso considerável, remetendo portanto ao papel da Sociologia como produtora de um modo de percepção legítimo:

“Isto quer dizer que não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) — e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito

das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem” (Bourdieu, 1989a, p. 149).

O crescimento do número de sociólogos atuando junto às diversas entidades profissionais pode dar a medida desse papel, mas ainda chama a atenção a pouca significação da sociologia brasileira das profissões. Ao contrário dos Estados Unidos, onde houve um forte processo de profissionalização, instituindo espaços expressivos de validação dos princípios hierarquizadores correspondentes, países como o Brasil ou a França tiveram seus grupos profissionais longa e fortemente subsumidos nas categorias sociais dominantes, atenuando-se ou pelo menos obnubilando-se o seu papel criador. Assim, um pouco além da lógica interna da evolução da teoria e pesquisa sociológicas americanas, francesas ou brasileiras, a trajetória das classes sociais nesses países pode conter elementos explicativos importantes para a situação da Sociologia das Profissões em cada um deles.

(Recebido para publicação  
em novembro de 1993)

### Bibliografia

- Abbott, Andrew  
1988 *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labour*. The University of Chicago Press.
- Becker, Howard  
1952 “Social-Class Variation in the Teacher-Pupil Relationship”. *Journal of Educational Sociology*, n. 25.
- Becker, Howard e Carper, James  
1956 “The Development of Identification with an Occupation”. *American Journal of Sociology*, vol. LXI, n. 4, pp. 289-98.
- Boltanski, Luc  
1982 *Les Cadres*. Paris, Minuit.

- Bourdieu, Pierre  
 1979 *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris, Minuit.  
 1987 "Condição de Classe e Posição de Classe". In Sergio Miceli (org.), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.  
 1989a "Espaço Social e Gênese das Classes". In P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel-Bertran Brasil.  
 1989b "A Força do Direito". In *idem*.  
 1989c "A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo". In *idem*.
- Braverman, Harry  
 1980 *Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Carchedi, G.  
 1975 "On the Economic Identification of the New Middle Class". *Economy and Society*, vol. 4, n. 1, pp. 1-86.
- Chapoulie, Jean Michel  
 1973 "Sur l'Analyse Sociologique des Groupes Professionnels". *Revue Française de Sociologie*, vol. XIV, pp. 86-114.
- Collins, Randall  
 1979 *The Credential Society*. New York, Academic Press.
- Davis, Kingsley e Moore, Wilbert  
 1971 "Alguns Princípios de Estratificação". In O. G. Velho, M. Palmeira e A.R. Bertelli (orgs.), *Estrutura de Classe e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Durkheim, Emile  
 1984 *A Divisão do Trabalho Social*. Porto, Editorial Presença.
- Freidson, Eliot  
 1986 *Professional Powers*. University of Chicago Press.
- Goode, William J.  
 1967 "Community within a Community: The Professions". *American Journal of Sociology*, vol. 72, n. 4, pp. 194-200.
- Gyarmati, K., Gabriel  
 1974 "The Doctrine of the Professions: Basis of a Power Structure". *International Social Science Journal*, vol. XXVII, n. 4, pp. 629-54.
- Hall, O.  
 1948 "The Stages of a Medical Career". *American Journal of Sociology*, vol. 53, n. 5.
- Johnson, Terry  
 1977 "What is to Be Know? The Structural Determination of Social Class". *Economy and Society*, vol. 6, n. 2, pp. 194-233.
- Kuhn, Thomas  
 1978 *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Larson, Magali Sarfati  
 1977 *The Rise of Professionalism*. University of California Press.
- Miceli, Sergio  
 1987 "Introdução: A Força do Sentido". In S. Miceli (org.), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.

- Noble, David  
1979 *America by Design*. Oxford University Press.
- Offe, Claus  
1989 *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Paixão, Antonio Luiz  
1988 "A Teoria Geral da Ação e a Arte da Controvérsia". *Textos de Sociologia e Antropologia*, UFMG, n. 24.
- Parkin, Frank  
1983 *Marxism and Classe Theory: A Bourgeois Critique*. Londres, Tavstock.
- Parsons, Talcott  
1967 "Las Profesiones y la Estructura Social". In T. Parsons, *Ensayos de Teoria Sociológica*, Buenos Aires, Paidós.  
1968 Verbete "Professions". In David Sills (ed.), *International Encyclopaedia of Social Sciences*, The MacMillan Company & The Free Press, vol. XII.  
1977 "Durkheim e a Teoria da Integração dos Sistemas Sociais." In Gabriel Cohn (org.), *Para Ler os Clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Poulantzas, Nicos  
1975 *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Reis, Fabio Wanderley  
1988 "Identidade Política e a Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs/Vértice, n. 6, vol. 3.
- Rhoads, John K.  
1991 *Critical Issues in Social Theory*. Pennsylvania State University Press.
- Rueschemeyer, D.  
1965 "Doctors and Lawyers: A Comment on the Theory of the Professions". *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, n. 1.
- Starr, Paul  
1982 *The Social Transformation of American Medicine*, New York, Basic Books.
- Stark, David  
1990 "Forçando as Grades da Jaula de Ferro: Burocratização e Informalização no Capitalismo e no Socialismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Anpocs/Vértice, n. 13.
- Tumim, Melvin  
1967 *Social Stratification. The Forms and Functions of Inequality*. New Jersey, Prentice Hall/Englewood Cliffs.
- Urry, John e Lash, Scott  
1987 *The End of Organized Capitalism*. Lancaster, Polity Press.
- Wright, Erik O.  
1985 *Classes*. Londres, Verso Editions.